

ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI EM SOCIEDADE LIMITADA

Procedimentos e modelo

A – PROCEDIMENTOS

1) DA ALTERAÇÃO (*Instrução Normativa do DREI n.º 81, anexo III*)

A alteração do ato constitutivo da empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI) deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I – título do documento;

II – preâmbulo: a) **titular pessoa natural (brasileiro ou estrangeiro) residente e domiciliado no País ou no exterior**: nome civil por extenso, nacionalidade, estado civil (indicar, se for o caso, a união estável), data de nascimento (se solteiro), profissão, CPF, e endereço (tipo e nome do logradouro, n.º, complemento, bairro/distrito, município, unidade federativa e CEP, se no País); b) **titular pessoa jurídica com sede no País**: nome empresarial, qualificação do representante conforme item “a”, endereço da sede (tipo e nome do logradouro, n.º, complemento, bairro/distrito, município, unidade federativa e CEP), número de inscrição no cartório competente e CNPJ; c) **titular pessoa jurídica com sede no exterior**: nome empresarial, qualificação do representante conforme item “a”, nacionalidade, endereço da sede e CNPJ; d) tipo jurídico (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada); e) a resolução de promover a alteração da natureza jurídica da empresa;

III – corpo da alteração: a) nova redação das cláusulas alteradas, expressando as modificações introduzidas, b) redação das cláusulas incluídas, c) indicação das cláusulas suprimidas; e

IV – Contrato social.

2) DO CONTRATO SOCIAL (*Instrução Normativa do DREI n.º 81, anexo IV*)

O contrato social de sociedade limitada deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I – Título (Contrato Social);

II – preâmbulo: a) **sócio pessoa física (brasileiro ou estrangeiro) residente no País ou no exterior**: nome civil por extenso, nacionalidade, estado civil (indicar, se for o caso, a união estável), data de nascimento (se solteiro), profissão, CPF e endereço (tipo e nome do logradouro, n.º, complemento, bairro/distrito, município, unidade federativa e CEP, se no País); b) **sócio pessoa jurídica com sede no País**: nome empresarial, qualificação do representante conforme item “a”, endereço da sede (tipo e nome do logradouro, n.º, complemento, bairro/distrito, município, unidade federativa e CEP), número de inscrição no cartório competente e CNPJ; c) **sócio pessoa jurídica com sede no exterior**: nome empresarial, qualificação do representante conforme item “a”, nacionalidade, endereço da sede e CNPJ; d) **sócio Fundo de Investimento em Participações – FIP**: denominação do Fundo, número de inscrição no cartório competente, CNPJ do Fundo, qualificação do administrador, contendo nome empresarial, endereço completo e CNPJ e qualificação do diretor ou sócio-gerente responsável pela administração, conforme item “a”.

III – corpo do contrato social: a) cláusulas obrigatórias e b) cláusulas facultativas, se houver;

IV – Fecho.

3) CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS DO CONTRATO SOCIAL. O corpo do contrato social deverá contemplar, obrigatoriamente, o seguinte:

I – nome empresarial;

II – Capital da sociedade, expresso em moeda corrente, a quota de cada sócio, a forma e o prazo de sua integralização;

III – endereço da sede, (tipo e nome do logradouro, número, complemento, bairro/distrito, município, unidade federativa e CEP) bem como o endereço das

filiais, quando houver;

IV – Objeto social;

V – Prazo de duração da sociedade;

VI – Data de encerramento do exercício social, quando não coincidente com o ano civil;

VII – a(s) pessoa(s) natural(is) incumbida(s) da administração da sociedade, e seus poderes e atribuições;

VIII – qualificação do administrador, não sócio, designado no contrato;

IX – Participação de cada sócio nos lucros e nas perdas; e

X – Foro ou cláusula arbitral.

Notas:

I – Aplicam-se à sociedade limitada com um sócio, no que couber, todas as regras aplicáveis à sociedade limitada constituída por dois ou mais sócios.

II – O ato constitutivo do sócio único observará as disposições sobre o contrato social de sociedade limitada.

III – Não se aplica às sociedades limitadas que estiverem em condição de unipessoalidade o disposto no inciso IV do art. 1.033 do Código Civil.

B – MODELO

ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DA EMPRESA [NOME EMPRESARIAL] EIRELI EM SOCIEDADE LIMITADA

(NOME DO TITULAR PESSOA FÍSICA), **(NACIONALIDADE)**, **(ESTADO CIVIL**
- indicar união estável, se for o caso), **(REGIME DE BENS - se casado, nascido em**
(DD/MM/AAAA), se solteiro, [emancipado (se o titular for emancipado)], nº do CPF,
RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): (Logradouro), Bairro, (Complemento),
(Município) - (UF), CEP, [se for o caso, representado, neste ato, por seu
(PROCURADOR, CURADOR, ADMINISTRADOR, PAIS), **(NOME DO**
REPRESENTANTE), **(NACIONALIDADE)**, **(ESTADO CIVIL - indicar união estável,**
se for o caso), **(REGIME DE BENS - se casado)**, nascido em **(DD/MM/AAAA)**, se
solteiro, nº do CPF, **RESIDENTE E DOMICILIADO no(a):** (Logradouro), Bairro,
(Complemento), (Município) - (UF), CEP].

OU:

(NOME EMPRESARIAL DA TITULAR PESSOA JURÍDICA), CNPJ, com sede
no(a): (Logradouro), Bairro, (Complemento), (Município) - (UF), CEP, representada por
(NOME DO REPRESENTANTE), **(NACIONALIDADE)**, **(ESTADO CIVIL - indicar**
união estável, se for o caso), **(REGIME DE BENS - se casado)**, nascido em
(DD/MM/AAAA), se solteiro, nº do CPF, **RESIDENTE E DOMICILIADO no(a):**
(Logradouro), Bairro, (Complemento), (Município) - (UF), CEP.

OU:

(NOME EMPRESARIAL DA TITULAR PESSOA JURÍDICA ESTRANGEIRA),
CNPJ, nacionalidade, com sede no(a): ____, representada por **(NOME DO**
REPRESENTANTE), **(NACIONALIDADE)**, **(ESTADO CIVIL - indicar união estável,**
se for o caso), **(REGIME DE BENS - se casado)**, nascido em **(DD/MM/AAAA)**, se

solteiro, nº do CPF, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): (Logradouro), Bairro, (Complemento), (Município) - (UF), CEP.

TITULAR da empresa individual de responsabilidade limitada _____ EIRELI, sediada na (*tipo e nome do logradouro, n.º, complemento, bairro, município/cidade, UF e CEP*), com seu ato constitutivo arquivado nessa Junta Comercial, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____, RESOLVE alterar o registro da empresa para SOCIEDADE LIMITADA, uma vez que admite como sócio(s): **SÓCIO PESSOA FÍSICA** (nome civil), NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL (indicar o regime de bens se for casado), data de nascimento (se solteiro), [emancipado (se o titular for emancipado)], PROFISSÃO, nº do CPF, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): (Logradouro), Bairro, (Complemento), (Município) - (UF), CEP, [se for o caso, representado, neste ato, por seu (**PROCURADOR, CURADOR, DIRETOR, SÓCIO, ADMINISTRADOR, PAIS**), (**NOME DO REPRESENTANTE**), (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL - indicar união estável, se for o caso), (REGIME DE BENS - se casado), nascido em (DD/MM/AAAA), se solteiro, nº do CPF, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): (Logradouro), Bairro, (Complemento), (Município) - (UF), CEP], **SÓCIO PESSOA JURÍDICA** (nome empresarial), CNPJ, número de inscrição no cartório competente, com sede no(a): (Logradouro), Bairro, (Complemento), (Município) - (UF), CEP, representado, neste ato, por (**NOME DO REPRESENTANTE**), (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL - indicar união estável, se for o caso), (REGIME DE BENS - se casado), nascido em (DD/MM/AAAA), se solteiro, nº do CPF, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): (Logradouro), Bairro, (Complemento), (Município) - (UF), CEP, **SÓCIO PESSOA JURÍDICA ESTRANGEIRA** (nome empresarial), CNPJ, nacionalidade, com sede no(a): _____, representada por (**NOME DO REPRESENTANTE**), (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL - indicar união estável, se for o caso), (REGIME DE BENS - se casado), nascido em (DD/MM/AAAA), se solteiro, nº do CPF, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): (Logradouro), Bairro, (Complemento), (Município) - (UF), CEP, nos termos do artigo 1.052 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e mediante as cláusulas que se seguem.

OU (de Eireli pessoa jurídica para sociedade unipessoal):

TITULAR da empresa individual de responsabilidade limitada _____ EIRELI, sediada na (tipo e nome do logradouro, n.º, complemento, bairro, município/cidade, UF e CEP), com seu ato constitutivo arquivado nessa Junta Comercial, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____, RESOLVE alterar o registro da empresa para SOCIEDADE LIMITADA na condição de UNIPESSOALIDADE, passando a titularidade para _____ (NOME DO TITULAR), (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL - indicar união estável, se for o caso), (REGIME DE BENS - se casado, nascido em (DD/MM/AAAA), se solteiro, [emancipado (se o titular for emancipado)], n.º do CPF, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): (Logradouro), Bairro, (Complemento), (Município) - (UF), CEP, nos termos do § 1º do art. 1.052 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – A empresa passa a girar sob o nome _____ LTDA. [Sobre a formação do nome empresarial, é importante consultar a Instrução Normativa do DREI n.º 81, anexo IV, itens 4.1.1 (em caso de firma) e 4.1.2 (em caso de denominação).]

CLÁUSULA SEGUNDA – O capital da empresa individual de responsabilidade limitada, no valor de R\$, (.....), totalmente integralizado em moeda corrente do País, comporá o capital da sociedade limitada _____ LTDA., que será (se houver aumento) de R\$, (.....), com o aumento de R\$, (.....) integralizado nesta data, **OU** (se for com mais de um sócio): será de R\$, (.....), dividido em (.....) quotas no valor nominal de R\$, (.....) cada uma, com a participação de R\$, (.....) integralizados nesta data em moeda corrente do País pelo(s) sócio(s) ora admitido(s), acima qualificado(s), ficando assim distribuído:

SÓCIO	Nº de Quotas	Valor	Percentual
Nome	XXX	R\$ XXX	XX %
Nome	XXX	R\$ XXX	XX %
TOTAL	XXX	R\$ XXX	100%

OU (de Eireli pessoa jurídica para sociedade unipessoal):

CLÁUSULA SEGUNDA – O acervo da empresa individual de responsabilidade limitada sob a titularidade da pessoa jurídica _____, que é de R\$ (.....), totalmente integralizado em moeda corrente do País, passa a compor o capital da sociedade limitada unipessoal _____, com rasa, plena e geral quitação entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – A administração da sociedade será exercida pelo(s) sócio(s) [informar o nome do(s) sócio(s)], que representará(ão) legalmente a sociedade e poderá(ão) praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

OU:

CLÁUSULA TERCEIRA – A administração da sociedade será exercida pelo(s) não sócio(s) [informar o nome e a qualificação do(s) administrador(es) não sócio(s)], que representará(ão) legalmente a sociedade e poderá(ão) praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

CLÁUSULA QUARTA – O(s) administrador(es) da empresa declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

(Obs.: Caso haja outras alterações, incluí-las nesta parte do instrumento, ordenando a sequência das cláusulas.)

CLÁUSULA QUINTA – A sociedade limitada que ora se constitui se regerá pelo seguinte contrato social, em conformidade com os artigos 1.052 e, subsidiariamente, 997 do Código Civil:

CONTRATO SOCIAL
(UM OU MAIS SÓCIOS)
[NOME DA SOCIEDADE] LTDA

SÓCIO PESSOA FÍSICA (nome), NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL (indicar o regime de bens se for casado), data de nascimento (se solteiro), [emancipado (se o titular for emancipado)], PROFISSÃO, nº do CPF, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): (Logradouro), Bairro, (Complemento), (Município) - (UF), CEP, [se for o caso, representado, neste ato, por seu (**PROCURADOR, CURADOR, DIRETOR, SÓCIO, ADMINISTRADOR, PAIS**), (**NOME DO REPRESENTANTE**), (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL - indicar união estável, se for o caso), (REGIME DE BENS - se casado), nascido em (DD/MM/AAAA), se solteiro, nº do CPF, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): (Logradouro), Bairro, (Complemento), (Município) - (UF), CEP].

SÓCIO PESSOA JURÍDICA (nome empresarial), CNPJ, número de inscrição no cartório competente, com sede no(a): (Logradouro), Bairro, (Complemento), (Município) - (UF), CEP, representado, neste ato, por (**NOME DO REPRESENTANTE**), (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL - indicar união estável, se for o caso), (REGIME DE BENS - se casado), nascido em (DD/MM/AAAA), se solteiro, nº do CPF, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): (Logradouro), Bairro, (Complemento), (Município) - (UF), CEP.

SÓCIO PESSOA JURÍDICA ESTRANGEIRA (nome empresarial), CNPJ, nacionalidade, com sede no(a): _____, representada por (**NOME DO REPRESENTANTE**), (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL - indicar união estável, se for o caso), (REGIME DE BENS - se casado), nascido em (DD/MM/AAAA), se solteiro, nº do CPF, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): (Logradouro), Bairro, (Complemento), (Município) - (UF), CEP.

RESOLVE(M), em comum acordo (*se for com mais de um sócio*), constituir uma sociedade limitada, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL (ART. 997, II, DO CC)

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade adota o nome empresarial _____ LTDA.

DA SEDE (ART. 997, II, DO CC)

CLÁUSULA SEGUNDA – A sociedade tem sua sede no seguinte endereço: (Logradouro), (Número), (Bairro), (Cidade) - UF, CEP.

DO OBJETO SOCIAL (ART. 997, II, DO CC)

CLÁUSULA TERCEIRA – A sociedade tem por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: (*Descrição precisa e detalhada do objeto social*).

PARÁGRAFO ÚNICO. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de (*Descrição precisa e detalhada do objeto social, conforme o objeto da empresa acima informado, de forma parcial ou integral*).

(*Obs.: Caso haja necessidade, incluir cláusula de alteração do objeto na primeira parte deste instrumento para informar o que consta no parágrafo único.*)

DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E DO PRAZO
(ART. 53, III, F, DO DECRETO Nº 1.800, DE 1996)

CLÁUSULA QUARTA – A sociedade iniciou suas atividades em _____ e seu prazo de duração é indeterminado.

OU:

CLÁUSULA QUARTA – A sociedade iniciou suas atividades em _____ e tem o seguinte prazo de duração: _____.

(Obs.: Não é obrigatório informar a data de início das atividades. Se informada, deve ser a data que consta em cláusula da natureza jurídica original, desde que se enquadre no estabelecido na IN 81, anexo IV, item 5.1; se não constar em cláusula, deve ser a data da chancela de registro na Junta Comercial. O prazo de duração é obrigatório.)

DO CAPITAL SOCIAL (ART. 997, III E IV E ARTS. 1.052 E 1.055 DO CC)

CLÁUSULA QUINTA – O capital é de R\$ _____ (valor por extenso), dividido em _____ (número por extenso) quotas no valor nominal de R\$ _____ (valor por extenso) cada uma, em moeda corrente do País.

PARÁGRAFO ÚNICO. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelo sócio único.

OU:

PARÁGRAFO ÚNICO. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

SÓCIO	Nº de Quotas	Valor	Percentual
Nome	XXX	R\$ XXX	XX %
Nome	XXX	R\$ XXX	XX %
TOTAL	XXX	R\$ XXX	100%

DA ADMINISTRAÇÃO (ARTS. 997, VI; 1.013; 1.015; 1.064 DO CC)

CLÁUSULA SEXTA – A administração da sociedade será exercida pelo(s) sócio(s) *[informar o nome do(s) sócio(s)]*, que representará(ão) legalmente a sociedade e poderá(ão) praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

PARÁGRAFO ÚNICO. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria dos sócios.

OU:

CLÁUSULA SEXTA – A administração da sociedade será exercida pelo(s) não sócio(s) *[informar o nome e a qualificação do(s) administrador(es) não sócio(s)]*, que representará(ão) legalmente a sociedade e poderá(ão) praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

PARÁGRAFO ÚNICO. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria dos sócios.

DO BALANÇO PATRIMONIAL (ART. 1.065 DO CC)

CLÁUSULA SÉTIMA – Ao término de cada exercício, em ___/___ (*indicar dia e mês*), o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s) os lucros ou as perdas apuradas na proporção de suas quotas (*se for o caso*).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR

(ART. 1.011, § 1º, DO CC E ART. 37, II, DA LEI Nº 8.934, DE 1994)

CLÁUSULA OITAVA – O(s) administrador(es) da empresa declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DO FORO/CLÁUSULA ARBITRAL

CLÁUSULA NONA – A(s) parte(s) eleger(m) o foro da sede para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratual, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

OU:

CLÁUSULA NONA – A(s) parte(s) eleger(m) o foro da _____ (*indicar o foro*) para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratual, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

OU:

CLÁUSULA NONA – A(s) parte(s) eleger(m), nos termos dos art. 4º, *caput*, § 1º e art. 5º da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, o foro arbitral _____ para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratual, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por estar assim constituída, assina(m) o presente instrumento particular em via única.

LOCAL E DATA

NOME(S)

VISTO DE ADVOGADO

[O contrato social deverá conter o visto de advogado, com a indicação do nome completo e número de inscrição na Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Nota: Fica dispensado o visto de advogado no contrato social da sociedade enquadrada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP). – Instrução Normativa do DREI n.º 81, anexo IV, item 7]

B.1 – CLÁUSULAS PADRONIZADAS OPCIONAIS

DAS FILIAIS (ART. 1.000 DO CC)

CLÁUSULA ... – Sem prejuízo da possibilidade de abrir ou fechar filial, ou qualquer dependência, mediante alteração deste ato constitutivo, na forma da lei, a sociedade atuará:

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) situado na(o) (Logradouro), (Número), (Bairro), (Cidade) - UF, CEP, no qual será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de *(Descrição precisa e detalhada do objeto social, conforme o objeto da empresa de forma parcial ou integral)*.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Em estabelecimento eleito como Filial situado na(o) (Logradouro), (Número), (Bairro), (Cidade) - UF, CEP, no qual será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de *(Descrição precisa e detalhada do objeto social, conforme o objeto da empresa de forma parcial ou integral)*.

(Obs.: Caso haja mais de uma filial, repetir a redação do parágrafo segundo para cada uma.)

DO PRÓ-LABORE

CLÁUSULA ... – Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, para o(s) sócio(s) administrador(es), observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DA EXCLUSÃO EXTRAJUDICIAL DE SÓCIO MINORITÁRIO POR JUSTA CAUSA (ART. 1.085 DO CC)

CLÁUSULA ... – O sócio poderá ser excluído extrajudicialmente, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que ele está pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, mediante alteração do contrato social.

PARÁGRAFO ÚNICO. A exclusão somente poderá ser determinada em reunião ou assembleia especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

OU:

**DA EXCLUSÃO EXTRAJUDICIAL DO SÓCIO MINORITÁRIO
POR JUSTA CAUSA (ART. 1.085, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CC)**

CLÁUSULA ... – Sem a necessidade de reunião ou assembleia, no caso da sociedade composta de até dois sócios, o sócio que detiver mais da metade do capital social poderá excluir o sócio minoritário da sociedade, se entender que este está pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, mediante alteração do contrato social.

PARÁGRAFO ÚNICO. A exclusão somente poderá ser determinada se na alteração contratual estiver expressamente os motivos que justificam a exclusão por justa causa.

DA REGÊNCIA SUPLETIVA (ART. 1.053, PARÁGRAFO ÚNICO, CC)

CLÁUSULA ... – Por este ato determina-se a regência supletiva da sociedade pelo regramento da sociedade anônima, conforme dispõe o parágrafo único do art. 1.053 do Código Civil.

DO CONSELHO FISCAL (ART. 1.066 DO CC)

CLÁUSULA ... – A sociedade terá um conselho fiscal composto por _____ (*três ou mais*) membros e igual número de suplentes, eleitos na assembleia anual dos sócios.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. É assegurado aos sócios minoritários, que representem pelo menos um quinto do capital social, o direito de eleger, separadamente, um dos membros do conselho fiscal e o respectivo suplente.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A mesma assembleia que eleger o conselho fiscal fixará sua remuneração.

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Cláusula ... – A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros neles evidenciados.